

# Leitura pode começar na sexta

A leitura do relatório com as conclusões da CPI do Orçamento pode ser antecipada para a próxima sexta-feira. Preocupados com a possibilidade do prazo para leitura, discussão e votação das conclusões se esgotar sem que tudo esteja definido, os integrantes da CPI apostam numa alternativa sugerida pelo vice-presidente da CPI, deputado Odcir Klein (PMDB-RS): declarar a CPI em sessão permanente a partir de sexta-feira. A questão será decidida em nova reunião convocada para hoje, às 17 horas.

Ele informou que concluiu, com veredito, os pareceres de 36 nomes incluídos no relatório. Ele não quis revelar o número de cassações que será sugerido, estimado entre 20 e 30 parlamentares. Magalhães disse que, ao contrário dos processos judiciais, em caso de dúvida, ao invés de ser declarado inocente, o envolvido será citado e as investigações prosseguirão, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado, na Receita Federal e no Ministério Público Federal, de acordo com o grau de envolvimento do suspeito. O relatório da Subcomissão de Patrimônio aponta 74 sonegadores de impostos. Até agora há 12 casos de investigados sem definição de culpa. O relator aguarda o parecer das quatro subcomissões para definir a punição a ser dada ao restante dos envolvidos.

A decisão de graduar as punições não é consensual na CPI do Orçamento. O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) tem reclamado muito dos rumos da CPI e já condena a solução encontrada pelo relator para a suspensão de alguns mandatos. Para Mercadante, trata-se de uma questão ética e defende a cassação. "Ética é um princípio. Ou se é correto ou não se é", afirmou o deputado, integrante da Subcomissão de Bancos. Na opinião do coordenador da Subcomissão de Emendas, deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) não há como estabelecer a gradação dos delitos. "Vamos cassar aqueles que roubaram 50 mil e dar suspensão àqueles que roubaram 5 mil?", questiona.

O senador Jarbas Passarinho disse que o relatório final será votado, no próximo dia 24, em bloco e, depois, em separado, os destaques, como acontece nos projetos de lei, de acordo com a sugestão do relator, deputado Roberto Magalhães.

Interrogado por escrito, o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB) encaminhou ontem a Passarinho as respostas às seis perguntas da CPI. Lucena alegou inocência e disse que sua movimentação bancária prova que não está envolvido em irregularidades.